



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

**RELATÓRIO PARCIAL DE ATIVIDADES
COMISSÃO DE
SEGURANÇA
PÚBLICA**

APRESENTAÇÃO

Este relatório versa sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Extraordinária de Segurança Pública, de caráter permanente, constituída de 3 (três) membros, conforme a Resolução n. 662/2022.

Vale destacar que esta Comissão Especial de Estudos é assessorada pelos servidores da Seção de Comissões Permanentes e Temporárias (SECOM) da Câmara Municipal de Maringá e da Divisão de Assistência Legislativa.

Como os trabalhos foram efetuados visando atingir aos objetivos propostos na resolução, tal comissão ateve-se, sobretudo, aos pontos elencados para debate, a fim de que o resultado fosse o mais preciso a ser alcançado.

Esperamos que este relatório possa auxiliar a demonstrar como ocorreu a atuação da CE, além de registrar historicamente os trabalhos por ela efetuados.

DELEGADO LUIZ ALVES | Presidente

PAULO BIAZON | Relator

CRISTIAN MAIA MANINHO | Membro

SUMÁRIO

1. Atividades, reuniões e estudos realizados.....	4
2. Próximos encaminhamentos.....	30
3. Ficha Técnica da Comissão Especial de Estudos.....	34

1. ATIVIDADES, REUNIÕES E ESTUDOS REALIZADOS

Esta Comissão Especial de Estudos (CEE) foi motivada conforme a Resolução n. 662/2022, que cria no Legislativo Municipal a Comissão Extraordinária de Segurança Pública, de caráter permanente, constituída de 3 (três) membros, respeitada, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

Ato contínuo, após aprovação em plenário da Resolução, houve a baixa da portaria nº 83/2022, de 24 de fevereiro de 2022, designando a Comissão Especial de Estudos, composta a partir de então pelos vereadores Delegado Luiz Alves (Presidente), Paulo Biazon (Relator) e Cristian Maia Maninho (Membro), conforme constamos nos documentos abaixo relacionados:



Del. Luiz Alves
Presidente



Paulo Biazon
Relator



Maninho
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

AUTÓGRAFO

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO N. 662.

Autores: Vereadores Luiz Claudio da Silva Alves, Paulo Henrique Biazon Santos, Cristian Maia Maninho, Belino Bravin Filho e Manoel Álvares Sobrinho.

Cria a Comissão Extraordinária de Segurança Pública e dá outras providências.

Art. 1.o Fica criada no Legislativo Municipal a **Comissão Extraordinária de Segurança Pública**, de caráter permanente, constituída de 3 (três) membros, respeitada, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

Art. 2.o Compete à Comissão instituída por esta Resolução:

I – promover discussões, estudos e reuniões, com a ampla participação de representantes da comunidade e de especialistas na área da segurança pública, visando à obtenção de informações pertinentes acerca das demandas dessa área no Município de Maringá, bem como fornecer subsídios para aprimorar a atuação do Poder Público no que concerne a esta temática;

II – propor providências aos órgãos competentes com a finalidade de melhorar as condições de prevenção à ocorrência de delitos e, por conseguinte, proporcionar mais segurança à sociedade maringaense;

III – atuar, também, junto às esferas de governo Federal e Estadual, a fim de contribuir com a execução de ações que sejam de iniciativa da União e do Estado do Paraná destinadas à promoção e à melhoria da segurança pública em Maringá;

IV – empreender esforços para viabilizar a implementação de uma efetiva cooperação entre a Guarda Municipal de Maringá e as corporações policiais de outras esferas de governo, acompanhando e fiscalizando essa cooperação.

Parágrafo único. Além das atribuições previstas nos incisos do *caput* deste artigo, a Comissão de que trata esta Resolução também poderá desenvolver outras atividades



igualmente destinadas ao aperfeiçoamento das condições de segurança pública no Município de Maringá.

Art. 3.o A composição da Comissão será feita, preferencialmente, de comum acordo entre a Mesa Executiva, pelo Presidente, e a maioria dos líderes de bancadas ou blocos parlamentares e representantes partidários com assento à Casa.

§ 1.o Havendo acordo, a decisão será homologada, de plano, pelo Presidente da Câmara.

§ 2.o Não havendo consenso, realizar-se-á eleição, por maioria simples, em votação nominal, observadas as normas pertinentes à eleição das Comissões Permanentes, estabelecidas no Regimento Interno.

Art. 4.o O mandato dos integrantes da Comissão será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 1.o A escolha será realizada no dia útil imediato à eleição da Mesa, na primeira sessão legislativa, e no primeiro dia útil do período legislativo ordinário da terceira sessão legislativa, para o biênio seguinte.

§ 2.o Dentro da mesma legislatura, ficará automaticamente prorrogada a composição anterior até que se efetive a recomposição da Comissão.

Art. 5.o O Presidente da Câmara e os Vereadores impedidos por motivo de ordem regimental não integrarão a Comissão.

Art. 6.o Aplica-se à Comissão Extraordinária de Segurança Pública, no que couber, as disposições regimentais relativas às Comissões Permanentes.

Art. 7.o A Mesa Executiva determinará medidas para garantir a provisão de meios, os recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessário ao bom desempenho dos trabalhos da Comissão.

Art. 8.o Para o primeiro mandato, a escolha dos membros da Comissão deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. Os Vereadores escolhidos neste exercício terão mandato até 31 de janeiro de 2023.

Art. 9.o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 16 de fevereiro de 2022.

MÁRIO MASSAO HOSSOKAWA Presidente

SIDNEI OLIVEIRA TELLES FILHO 1.o Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

PORTARIA Nº 83/2022

O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

NOMEAR, para compor a **Comissão Extraordinária de Segurança Pública**, no período assinalado pela Resolução n. 662/2022, os Vereadores abaixo relacionados, de conformidade com o decidido pelo Plenário, na Sessão Especial realizada em 24 de fevereiro do corrente ano.

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Presidente: Luiz Cláudio da Silva Alves

Vice-Presidente: Paulo Henrique Biazon Santos

Cristian Marcos Maia da Silva

REGISTRE-SE e AFIXE-SE.

Gabinete da Presidência, 24 de fevereiro de 2022.

MÁRIO MASSAO HOSSOKAWA

Presidente

SIDNEI OLIVEIRA TELLES FILHO

1.º Secretário

Esta Comissão foi formada no intuito de colaborar com as questões relacionadas a segurança pública municipal. A primeira reunião ocorreu 22 de março de 2022, conforme ata baixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Aos vinte e dois dias de março de 2022, às 16h, a **Comissão Extraordinária de Segurança** designada pela PORTARIA Nº 83/2022, reuniu-se na sala da Seção de Comissões Permanentes e Temporárias. Na ocasião, estiveram presentes o vereador **Delegado Luiz Alves (Presidente)**, o vereador **Paulo Biazon (Vice-Presidente)**, o vereador **Cristian Maninho (Membro)** e o **Coronel Antonio Tadeu Rodrigues (Conseg Maringá)**. A temática principal da corrente reunião foi debater sobre a situação da segurança de Maringá. Assim, o Coronel informou que pelo estudo realizado pela Conseg, está faltando de servidores efetivos para toda área de segurança de Maringá, seja guarda municipal e demais polícias (civil, militar e federal), por mais que a cidade seja considerada segura, é somente assim pois os poucos servidores que estão lotados na cidade conseguem fazer o trabalho dobrado, e mesmo assim o crime permanece. Estima-se que tem 1 (um) policial para cada 1132 (mil e cento e trinta e dois) habitantes, número considerado muito baixo, e falta, no mínimo, 7 (sete) delegados para suprir a demanda de rotinas e plantões. Diferentemente, da cidade de Londrina, que apresenta ter 6 (seis) delegados a mais do que deveria ter. Quanto as novas câmeras de vigilância que estão em testes pela cidade, ele ficou encantando com a precisão dessas novas tecnologias, que poderão contribuir se houver uma boa equipe técnica de inteligência. Em relação a sede da guarda municipal, os vereadores explicaram que o terreno e o dinheiro para construção já estão disponíveis para executar, porém o projeto estrutural e arquitetônico ainda não existem. Para isso, o Coronel ficou de conversar com a equipe do Conseg para mobilizar este projeto e seu andamento. Além disso, com a construção da sede, o município poderá economizar em torno de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) por mês, em razão disso, possibilitaria a construção da escola municipal de segurança, que servirá para toda força policial baseada no município. E, por fim, o Coronel agendara uma reunião com a presença do presidente ACIM, o Sr. Michel Felliipe, para tentar viabilizar mais projetos junto com a sociedade civil. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

DELEGADO LUIZ ALVES

Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança

PAULO BIAZON

Vice-Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança

CRISTIAN MAIA MANINHO

Membro da Comissão Extraordinária de Segurança

Inicialmente fora realizada reunião com Conselho de Segurança de Maringá, representado pelo Coronel Antônio Tadeu Rodrigues.

A comissão, através de seus membros presentes em sua integralidade, tomou conhecimento de estudos realizados pelo CONSEG, onde se constatou que o maior problema na segurança pública municipal é a falta de servidores efetivos para todas as esferas da segurança que atuam na cidade, e segundo levantamento do próprio conselho há aproximadamente 1 policial para cada 1132 habitantes, bem como falta de no mínimo, 7 delegados para a cidade.

Foram levantadas questões relacionadas às novas super câmeras e a nova sede da Guarda Municipal, onde o conselho se manifestou positivamente em auxiliar para o andamento do projeto.

Ato contínuo, foram realizadas visitas às autoridades vinculadas à segurança em nosso município, quais sejam, Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal, posteriormente foram formalizados questionamentos através dos ofícios aos mesmos órgãos indagando o quanto segue às três forças de segurança:

1. Número de efetivo atual (de policiais atuantes) e indicação do ideal
2. Principais ocorrências atendidas;
3. Quantidade de demandas atendidas nos anos de 2019 a 2022.
4. Quantidade de Viaturas e indicação do ideal.

Em resposta temos o quanto segue:

• **Polícia Civil:**

Efetivo necessário: 80 investigadores, 29 escrivães e 09 delegados.

Ideal de efetivo: 150 investigadores, 40 escrivães e 16 delegados.



Principais ocorrências : roubo, furto, estelionato, furto e roubo de veículos, homicídio, feminicídio, lesões corporais, homicídio no trânsito, lesão corporal no trânsito, violência doméstica, perturbação do sossego, calúnia, injúria e difamação, maus tratos a animais.

Número de registros de ocorrência anualmente: 40 mil.

Número de viaturas: 96 (maioria em más condições e com mais de 10 anos de uso).

• **Guarda Municipal:**

Efetivo: 125 guardas civis

Efetivo necessário: contratação de mais 54 servidores.

Principais Ocorrências: Apoio ao SAMU, violência doméstica, apoio a outros órgãos, abordagem de suspeitos, danos patrimoniais, ordens de serviço, perturbação do sossego, crime ambiental, furto e patrulhamento preventivo.

Quantidade de ocorrências:

2018: 6.042

2019: 9.122

2020: 10.733

2021: 19.895

2022: 3.767 até Abril.

Viaturas: 1 ônibus, 01 micro-ônibus, 2 vans, 12 spin, 2 caminhonetes e 8 motos.

• **Polícia Militar:** AGUARDANDO RESPOSTA

Visita em Curitiba-PR



Em 29/05/2022 a 01/06/2022 a Comissão de Segurança representada pelos vereadores Delegado Luiz Alves e Biazon foram até a capital do Estado Juntamente do Prefeito Municipal Ulisses Maia e o secretário de Segurança Ivan Quartaroli, para tratativas de assuntos relacionados à segurança do município.

Foram realizadas visitas com o Delegado Geral da Polícia Civil, Comandante da Polícia Militar do Estado, com membros da Comissão de segurança da Assembléia legislativa do Paraná e com o secretário de segurança do Estado, do que resultou o seguinte: (já pormenorizado em relatório específico)

Em reunião com o Dr. Silvio Rockenbach, Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, com assuntos voltados ao aumento do efetivo da Polícia Civil em Maringá, bem como sobre a necessidade de dotar as viaturas e sedes das unidades policiais, visando a integração das

forças de segurança para a melhoria de eficiência na prestação dos serviços.

O Delegado Geral destacou que até o fim do ano pretende lotar novos Delegados, Investigadores e Papiloscopistas para Maringá e região, assim que finalizado o concurso em andamento. Com relação à integração das forças de segurança, demonstrou entusiasmo e se colocou a disposição para viabilizar o que for necessário por parte da Polícia Civil.

Junto com o Prefeito Ulisses Maia, o Vereador Biazon e o Secretário Ivan discutiram sobre o Centro Integrado e Operação de Segurança a ser instalado em Maringá, bem como da ideia de instalar um Polo no Distrito de Iguatemi.

O Comandante Hudson Leôncio Teixeira apoiou a ideia, inclusive, determinando que o Comandante do 4a BPM iniciasse os estudos necessários para que a Polícia Militar faça parte do projeto.

No tocante à escassez de efetivo, o Comandante disse que em breve uma nova turma com 2000 alunos iniciará o curso de formação de soldados e, desses, aproximadamente 290 soldados serão enviados para servir na região de Maringá.



A comissão foi recebida pelos Delegado Jacovós, Soldado Fruet e Soldado Adriano José (membros da comissão de segurança da Assembleia legislativa do Paraná) para tratar de assuntos voltados à prevenção e repressão dos crimes de furto e receptação de materiais elétricos e ferrosos que vem causando grandes inconvenientes e prejuízos patrimoniais para a sociedade e órgãos públicos.

Sugerimos uma alteração na lei estadual n. 20.936/2021, com vistas a permitir que a Polícia Civil passe a exigir dos estabelecimentos comerciais denominados ferros velhos alvará para funcionamento, o que permitirá uma melhor fiscalização em âmbito administrativo atrelada a atividade de investigação criminal com o fito de desestimular as práticas ilícitas.



Em reunião com o Secretário de Estado da Segurança Pública, Wagner Mesquita, juntamente com o Prefeito Ulisses Maia, Secretário Ivan Quartaroli e os Deputados Estaduais Delegado Jacovós e Soldado Adriano José, a pauta foi relacionada à formação de convênio entre o município de Maringá e o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), com o propósito de permitir um acordo de cooperação voltado à criação e instalação de um Centro Integrado de Operações de Segurança Pública em Maringá, cujo aparelhamento possibilitará a prestação de um serviço de segurança pública mais eficiente e ágil para o cidadão.

A proposta, feita pelo Prefeito Ulisses Maia, com o apoio do Poder Legislativo local, no ato representado pela Comissão de Extraordinária de Segurança, foi muito bem recebida pelo Secretário Mesquita, que se colocou à disposição e garantiu empreender todos os esforços para que este projeto seja implementado no menor tempo possível.

Audiência Pública



Ainda, no dia 17/07/2022 foi realizada audiência pública cujo tema principal era a segurança pública do município.

Foram Convidadas autoridades locais, dentre elas as das forças de seguranças, assim como o judiciário, ministério público, departamento penitenciário, deputado estadual, dentre outros que não compareceram.

A população foi ouvida, alguns representantes de bairro se manifestaram, levantando questões como aumento de furtos, roubos, crescimento de população em situação de ruas, uso e tráfico drogas nas ruas, perturbação de sossego, falta de policiamento, embriaguez ao volante, etc.

Foi dada oportunidade para manifestação das autoridades que, em suma, afirmaram estar realizando o máximo que podem com o pouco recurso (efetivo e estrutura) que possuem.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Aos quatorze dias do mês de julho de 2022, às 19 horas, no Plenário Vereador Ulisses Bruder, nesta Casa de Leis, a **Comissão Extraordinária de Segurança Pública** da Câmara Municipal de Maringá, composta pelos vereadores **Delegado Luiz Alves (Presidente)**, **Paulo Biazon (Vice-Presidente)** e **Cristian Maia Maninho (Membro)**, realizou uma **Audiência Pública** com a finalidade de debater as questões relacionadas à segurança pública no Município de Maringá com órgãos públicos e entidades da sociedade civil, além de ouvir a comunidade quanto à temática. A fim de dar início aos trabalhos, o Coordenador da Divisão de Acompanhamento e Execução de Leis e Projetos Especiais, Joaquim dos Santos Neto, informou que o evento poderia ser acompanhado de forma remota (ao vivo ou gravado pela página da Câmara Municipal no *Facebook* e pelo canal da TV Câmara de Maringá no *Youtube*). Ele explicou também que a iniciativa desta Audiência Pública originou-se de uma reunião com a Associação de Moradores da Zona 07. Para o melhor andamento dos trabalhos, todos foram cientificados de que a duração prevista do evento era de duas horas, podendo haver prorrogação por mais trinta minutos. Primeiramente, segundo Joaquim dos Santos Neto, dar-se-ia a composição da mesa, a fala inicial dos vereadores membros da Comissão Extraordinária de Segurança Pública e a concessão da palavra por dois minutos aos interessados presentes no Plenário. Em seguida, os componentes da mesa poderiam comentar as falas do público no que fosse pertinente. Se houvesse tempo hábil, novamente seria oportunizada a palavra ao público. Sendo assim, a mesa foi composta pelos vereadores Delegado Luiz Alves (Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança Pública), Paulo Biazon (Vice-Presidente), Cristian Maia Maninho (Membro), Flávio Mantovani e Sidnei Telles. Além deles, fizeram parte da mesa dos trabalhos os senhores Capitão Urbano, representante da Polícia Militar; Dr. Adão Wagner Loureiro Rodrigues, Delegado da 9ª SDP; Alex Sandro Hannickel, Promotor do Ministério Público; Ivan Quartaroli, Secretário Municipal de Segurança Pública; Luciano Brito, Coordenador Regional da Polícia Penal; Coronel Rodrigues, Presidente do Conselho de Segurança de Maringá (Conseg); Coronel Audilene, ex-comandante-geral da Polícia Militar do Paraná; e José Augusto, Presidente de Bairro da Zona 07. Com a palavra, o vereador Delegado Luiz Alves cumprimentou os convidados e os demais presentes. Lembrou que o objetivo do evento era possibilitar que as autoridades ouvissem as demandas da população no que tange à Segurança Pública, além de contribuir para que sugestões e ideias se tornassem ações a fim de viabilizar melhorias no trabalho prestado pelas forças de segurança no Município. Com a palavra, o vereador Sidnei Telles cumprimentou as autoridades já nominadas, com adição da senhora Secretária Municipal de Assistência Social Sandra Jacovós, da Diretora Cláudia e do representante dos Síndicos de Maringá Marcelo José. Esclareceu que foram enviados convites aos Deputados Estaduais da região de Maringá e à Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, e que, se algum destes convidados se fizesse presente durante o evento, seria-lhe franqueado o uso da palavra. O vereador registrou que o tema Segurança Pública vem sendo debatido nesta Casa de Leis com frequência e informou que o senhor Coronel Rodrigues esteve em Curitiba para solicitar o aumento do efetivo policial em

Maringá. Sidnei Telles disse que, ouvindo as falas dos presentes, esperava que fosse possível traçar uma estratégia que atendesse às demandas do Município. Ele lembrou que, apesar da divulgação de que houve quarenta por cento de diminuição de casos de roubos, furtos e assassinatos no Paraná neste trimestre, Maringá é a décima sétima cidade mais violenta do Estado, com aumento de treze vírgula nove por cento dos casos. Por isso, o vereador relatou estar preocupado com o fato de que uma das melhores cidades para se viver esteja começando a ter problemas de segurança. Com a palavra, o vereador Paulo Biazon cumprimentou todos e informou ser Policial Militar da reserva, relatando que sente as dores de ser um agente de segurança. Ele afirmou que este evento, com a ajuda de todos, pode marcar a história do Município como um momento de cobrança por mais segurança. Lembrou também que Maringá é uma das melhores cidades para se viver e que não se pode perder este posto por problemas na área de segurança. Com a palavra, o vereador Cristian Maia Maninho cumprimentou todos e disse que tinha prazer em participar da Comissão, dada sua importância. Ele relatou que achava que o público presente seria maior, já que este é um assunto muito cobrado pela população, mas agradeceu aos presentes que dispuseram de parte do seu tempo para comparecer ao evento. Destacou, ainda, que as autoridades convidadas eram conhecedoras da sistemática da segurança pública, agradecendo também a contribuição destas com a discussão. Com a palavra, o vereador Flávio Mantovani cumprimentou todos e parabenizou a Comissão pela iniciativa. Ponderou que a maioria das resoluções dos problemas da-se-ia pelo Governo do Estado do Paraná, o qual se fazia ausente na Audiência Pública. Com a palavra novamente, o Coordenador da Divisão de Acompanhamento e Execução de Leis e Projetos Especiais solicitou que os interessados do público em geral se inscrevessem para fazer o uso da palavra com auxílio da servidora da Seção de Comissões Permanentes e Temporárias presente no Plenário, visto que haveria um limite de cerca de dez participantes, com dois minutos de fala para cada. O primeiro convidado a falar foi o senhor José Augusto, Presidente de Bairro da Zona 07. Ele cumprimentou todos e disse que era uma grande satisfação estar nesta ocasião com o Ministério Público, representantes da Polícia Militar e Civil, do Conseg, alguns Presidentes de Bairro, alunos, crianças, jovens, pais e mães de família. O senhor José Augusto afirmou que se tratava de um momento histórico, e que a presença das autoridades era importante. Ele continuou, relatando sobre a importância deste evento para ele, já que era o autor do pedido desta Audiência Pública, após ter escutado relatos de mães com lágrimas nos olhos por terem passado por violência nas ruas, perdendo filhos ou parentes. Algumas das dificuldades constatadas por ele são relativas à presença dos moradores de rua, de criminosos de outras cidades, de furtos a comércios etc. Ele disse esperar que este evento resultasse uma sociedade mais justa e tranquila, pois, segundo ele, eventos que discutiram a perturbação do sossego, anteriormente, nesta Casa, não foram frutíferos. O Presidente de bairro informou, ainda, que trabalhara em uma escola e acompanhara alunos com síndrome do pânico por terem sido agredidos em roubos. Contou também o caso de um professor que fora abordado por três criminosos às onze horas e trinta minutos da manhã, tendo sido em seguida sequestrado por mais de seis horas. Portanto, concluiu dizendo que desejava uma Zona 07 mais segura. Em seguida, a primeira inscrita do público para fazer o uso da palavra foi a estudante do primeiro ano do ensino médio Giovana Benatti. Ela reivindicou mais segurança, já que relatou ter receio de transitar sozinha à noite, pelo fato de haver a possibilidade de encontrar pessoas mal intencionadas, criminosos em liberdade com tornozeleira eletrônica ou andarilhos sob efeito de álcool. Assim, a estudante relatou que os jovens andam alarmados com medo de serem assaltados, sequestrados e violentados, bem como os responsáveis por eles. Finalizou sua fala, solicitando maior atenção com a Segurança Pública de Maringá, visto que há cada vez mais mortos e violência. Agradeceu, por fim, a oportunidade de participação. O segundo inscrito a falar foi o senhor Aduino da Silveira, o qual se apresentou como servidor público de carreira, atuando na área da Diretoria de Políticas sobre Drogas da Assistência Social de Maringá, nos dias atuais. Sobre a preocupação com os moradores de rua e dependentes químicos, ele

informou que trabalha nesta área há vinte anos e que sempre houve dificuldades acerca do tema. Em seu entendimento, as políticas públicas devem estar articuladas e coordenadas para atuar neste contexto. Ele relatou ter notado que a Segurança Pública é articulada, mas que falta um dos atores principais do tema, que é a comunidade. O servidor disse sentir falta de espaço para diálogo com a população no Conselho Municipal de Segurança Pública, e que essa seria a melhor alternativa para promover a articulação das políticas públicas pertinentes de forma mais ampliada. Assim, o trabalho poderia se pautar em não mais apenas "enxugar gelo", mas, de fato, produzir um plano municipal de Segurança Pública e de defesa civil que possa complementar as respostas que hoje são dadas por outras políticas. O terceiro inscrito a falar foi o senhor Lucas Guerra, morador da região compreendida pela APGT 01. Ele destacou que o orçamento destinado à Segurança Pública no Plano Plurianual apresenta dois indicadores, os quais não são adequados em sua opinião, pois dizem respeito aos próprios públicos, incluindo arrombamentos e destruição do patrimônio público, como indicações de cidade menos ou mais segura. Em uma cidade onde ocorrem roubos e assassinatos, um indicador adequado de segurança seria a redução desses índices, segundo o morador. Lucas Guerra ressaltou que os índices de maior relevância devem ser relacionados com as demandas dos cidadãos e dos empresários da cidade, e não com os próprios públicos. A quarta inscrita a falar foi a senhora Márcia Campos, Presidente da Associação de Moradores da Zona 2. Segundo ela, a causa da indignação dos moradores é pelo fato de que fica a cargo destes a responsabilidade de realizar a segurança da vizinhança e de, ainda, apoiar a Polícia Militar, ou seja, fazer o trabalho do poder público. No entanto, a moradora relatou que, ao tomar iniciativas, a lei ou o Ministério Público impede a comunidade de agir. Portanto, a Presidente da Associação indagou quando seriam propostas leis que realmente fossem contrárias aos criminosos ou que penalizassem de forma efetiva o tráfico de drogas. Ela citou alguns problemas sociais que levam à violência, como a prostituição e o tráfico de drogas, ressaltando que o Estado do Paraná se omite quanto a esse viés. A senhora Márcia Campos lembrou que já fora realizada Audiência Pública sobre a Zona 02, há quatro anos, com a participação de mais de cem pessoas e de autoridades, ocasião na qual o tema da Segurança Pública fora discutido. No entanto, nesse ínterim, a situação piorou, segundo ela, opinando que as políticas públicas de Assistência Social têm de mudar. Ela exemplificou, dizendo que dependentes químicos não são capazes de avaliar se querem ou não a ajuda do Município, e que a presença deles faz que seja necessária a solicitação de uma ronda à Polícia por parte dos moradores. O quinto inscrito a falar foi o senhor Marcos Guerreiro, morador da região compreendida pela APGT 01. Ele parabenizou os agentes da Segurança Pública por estarem na linha de frente, "enxugando gelo", já que as leis não cooperam para o seu trabalho, segundo ele. O morador disse que os policiais levam os criminosos até à delegacia e estes são libertados após audiência de custódia. Assim, segundo ele, quem fica presa é a vítima. Continuou, lembrando que em breve ocorrerão as eleições e que o problema da Segurança Pública está nas instâncias superiores do processo legislativo: a Constituição Federal. Este dispositivo, em sua opinião, trata o criminoso como vítima e contribui com a demora no início do cumprimento da pena. O senhor Marcos Guerra exemplificou com o caso de Nova York, que conseguiu reverter o quadro ruim de Segurança Pública quando passou a tratar os pequenos crimes como crimes de verdade, já que o criminoso não começa assaltando os cofres de bancos, e sim efetuando pichações, fazendo pequenos tráficos etc. O sexto inscrito a falar foi o senhor Nelson Codato, síndico da Associação dos Síndicos de Maringá (Assimar). Ele destacou sua decepção com o descaso dos representantes da Assembleia Legislativa Estadual, os quais costumam pedir votos durante a campanha eleitoral, e, no entanto, quando suas presenças se fazem necessárias para discutir um assunto relevante como a Segurança Pública, não comparecem ao evento. Continuou sua fala, lembrando que o tema do barulho leva a acontecimentos violentos, e que, por isso, deve ser debatido em conjunto com o tema desta Audiência, para melhorar a qualidade de vida de todos. O senhor Nelson Codato parabenizou as autoridades da cidade que buscaram em Curitiba o apoio para a Segurança

Pública maringaense, como o aumento do efetivo do 4º Batalhão e da Polícia Civil, as quais são instituições que fazem um esforço hercúleo para assegurar a maior segurança possível à comunidade. No entanto, este intento não ter tido respaldo do Governo Estadual é preocupante e decepcionante, segundo ele. O síndico ressaltou que o impedimento de contratar mais policiais não pode ser a falta de verba, visto que o Estado é dono de duas grandes empresas, sendo elas a Copel e a Sanepar, nas quais cada um dos funcionários representa um policial a menos nas ruas do Estado, segundo ele. O sétimo inscrito a falar foi o senhor Luiz Carlos, morador da Zona 7. Ele cumprimentou todos, informando ser aposentado do Estado do Paraná como professor e contando, ainda, que se sentia um privilegiado pelo fato de nunca ter sido assaltado. O morador destacou que, em reuniões ocorridas na Zona 7, o assessor de imprensa da Polícia Militar apresentou dados estatísticos que mostravam que os crimes acontecem de forma mais frequente entre as dezenove horas e a primeira hora da madrugada. Assim, ele sugeriu que a Polícia concentrasse sua atenção neste horário. Outro ponto abordado pelo senhor Luiz Carlos foi a segurança no trânsito, principalmente dos pedestres. O oitavo inscrito a falar foi o senhor Marcelo José Bressan, Vice-Presidente da Assimar. Ele parabenizou a Câmara Municipal de Maringá e a Comissão Extraordinária de Segurança Pública, bem como todas as autoridades de Segurança Pública presentes na ocasião. Continuou, relatando que, na última segunda-feira, estivera na reunião do Conselho Municipal de Segurança, representando a FEABAM, e que os participantes foram informados acerca da presente Audiência Pública. O Vice-Presidente da Assimar disse que a associação abrange mil e oitocentos condomínios em Maringá, entre verticais e horizontais, representando quarenta por cento da população maringaense. Assim, colocou a instituição à disposição da cidade para toda e qualquer campanha na qual a sociedade civil organizada possa colaborar com o apontamento dos pontos críticos e locais de maior violência. Ele citou que a comunidade pode contribuir com informações quando o Poder Executivo Municipal instalar as "supercâmeras" e organizar novas rondas pela Polícia Militar. Mais uma vez, ele lembrou que os mil e oitocentos síndicos colocam-se à disposição, já que veem o esforço da Polícia Militar e Guarda Municipal no Jardim Universitário, onde atua, bem como as limitações institucionais causadas pelo Governo do Estado do Paraná, sendo uma delas a falta de efetivo. Ainda que seja de conhecimento público que há, em andamento, a contratação de investigadores da Polícia Civil, de Delegados e de Policiais Militares, o senhor Marcelo Bressan disse que a comunidade pode ajudar subsidiando o Poder Público com informações relevantes. Neste momento, sentou-se à mesa o Deputado Delegado Jacovós. O nono inscrito a falar foi o senhor Ezequiel Camargo, Presidente de Bairro do Jardim Porto Seguro. Ele cumprimentou todos e afirmou que a Segurança Pública maringaense está um caos. Segundo ele, não há policiamento nas ruas e a cidade real é diferente da apresentada nas redes sociais. O Presidente do Jardim Porto Seguro relatou que há poucas viaturas, as quais são vistas por ele somente estacionadas em postos de combustíveis. Alegou, ainda, que regiões do Contorno Sul, Bertioga e Cidade Alta são carentes de assistência da Guarda Municipal e da Polícia Militar, visto que falta pessoal, combustível e viaturas. Sendo assim, solicitou que o público pressionasse os responsáveis, para que a atual Audiência Pública tivesse como resultado as o atendimento das reivindicações de forma efetiva. O senhor Ezequiel Camargo também observou que, nos últimos seis anos, houve aumento no número de andarilhos e dependentes químicos nas ruas da cidade. O décimo inscrito a falar foi o senhor Junior Maza, o qual parabenizou a iniciativa da Comissão. Ele disse que é difícil que Maringá consiga resolver o problema da Segurança Pública, visto que a Suprema Corte brasileira liberta criminosos de alta periculosidade a todo momento, com apenas uma "canetada", concluindo, assim, que o problema está nas instâncias superiores. Ainda, alegou que somente havia segurança no Plenário naquele momento pois havia a presença de policiais no recinto. O cidadão reivindicou providências dos responsáveis após desta Audiência e sugeriu medidas para transformar Maringá em uma cidade inteligente, como parcerias público-privadas para melhorar a iluminação próxima aos semáforos e evitar assaltos. Continuou,

criticando a utilização de recursos financeiros para a construção de próprios públicos, como praças, já que, em sua opinião, esse montante deveria ser investido na Segurança Pública. Finalizou sua manifestação dizendo que não representava nenhuma instituição, e sim a família maringaense. O décimo primeiro inscrito a falar foi o senhor Rodrigo Héllenton Borba, dizendo que era um cidadão comum e que entendia que Maringá fora considerada segura e uma das melhores para se viver devido ao esforço dos Pioneiros. Ele destacou que há líderes da sociedade na cidade, mas que estes não conseguem se reunir com as lideranças do Poder Público. O cidadão afirmou ser defensor da Polícia Militar, ressaltando a necessidade de que os políticos se comuniquem com as Polícias, escutem as suas demandas e busquem recursos para supri-las, como por exemplo, a realização de doação de viaturas, coletes e capacetes. O senhor Rodrigo Borba frisou que o Município tem quinze vereadores, mas a maioria se fazia ausente na ocasião, bem como o chefe do Poder Executivo, o Vice-Prefeito e maior número de deputados estaduais. Ele comentou que tanto os vereadores que criticam o Prefeito quanto os que o apoiam, não estavam presentes em sua maioria. O cidadão sugeriu, por fim, que o Poder Público solicitasse auxílio da iniciativa privada para a promoção de melhorias na estrutura de delegacias a batalhões, como construtoras, casas de material de construção, faculdades e colégios, exemplificando que, se um colégio doasse vinte mil reais possuindo quinhentos alunos, isto significaria quatro reais por aluno em um ano. A décima segunda inscrita a falar foi a senhora Margot Jung, Presidenta da Associação Maringaense LGBT. Iniciou registrando seu descontentamento pelo fato de a mesa principal estar composta por dez homens, sendo que a primeira mulher a comandar a Polícia Militar, Coronel Audilene, estava em uma mesa secundária. Ainda apontou que a Comandante Silvia estava sentada junto ao público em geral no Plenário, mesmo sendo a primeira mulher a comandar a Guarda Municipal de Maringá. Segundo ela, tanto esta Audiência Pública quanto a cidade não haviam sido pensadas para mulheres ou para o público LGBT. Também apontou para o direito à cidade, visto que os condomínios possuem imensos portões, enquanto ainda há falta de iluminação rebaixada na periferia. A Presidenta da AMLGBT também ressaltou sua tristeza com a falta de apoio das forças de segurança durante a Parada LGBT realizada em 15 de maio de 2022. Ela lembrou que o evento é um ato político e movimenta o comércio formal e informal maringaense, colocando dez mil pessoas no centro da cidade, mas que não contou com o apoio da Polícia Militar, Guarda Municipal e Agentes de Trânsito. Em contraste, a senhora Margot Jung informou que, em Curitiba, a Marcha da Diversidade teve sua segurança fornecida tanto pelo Estado quanto pela Prefeitura Municipal. Relatou, ainda, que, quando a Associação fez reclamações sobre o tema no "Maringay", a Prefeitura Municipal preocupou-se; já quando reivindicaram por três a quatro horas a segurança do evento, não foram atendidos. A décima terceira inscrita a falar foi a senhora Sirlei Corrêa, moradora do Jardim Liberdade. Ela cumprimentou todos e disse ser moradora do bairro há quinze anos. Afirmou que comparecia nesta Audiência como cidadã, já que não poderia ensinar política aos detentores de mandato. Continuou, afirmando que sente pavor, medo, insegurança, tristeza e dor, já que, num raio de duas quadras, em menos de dez dias, houve violência em sua vizinhança: homem agredido com "paulada" na cabeça, mulher rendida em casa com arma de fogo, portões danificados após furtos etc. Em seu bairro, segundo ela, muitos moradores são idosos. A senhora Sirlei Corrêa frisou que o Jardim Liberdade está inseguro e em situação lamentável, visto que a violência está perto de casa, impedindo que os moradores saiam durante a noite. Portanto, cobrou das autoridades respostas para a Segurança Pública. O décimo quarto inscrito a falar foi o senhor Cícero Rodrigues, Presidente de Bairro do Jardim Ipanema. Ele disse que a situação do seu bairro é complicada, visto que há nas proximidades um Centro de Referência de Assistência Social (Cras), que atrai andarilhos. Relatou que o caso da violência no local foi levado ao 4º Batalhão da Polícia Militar, cujos responsáveis afirmaram que o Jardim Ipanema era um dos bairros mais seguros de Maringá. Portanto, o senhor Cícero Rodrigues concluiu que os moradores se omitem ao transmitir as informações necessárias para

as forças de segurança e que isto é uma falha, pois, ainda que faltem profissionais nas ruas, o efetivo em atividade precisa de dados para a tomada de decisão. Em seguida, passou-se a palavra aos componentes da mesa pelo tempo de três minutos. Com a palavra, o Deputado Estadual Delegado Jacovós cumprimentou todos, incluindo as autoridades e toda a comunidade e sociedade civil organizada presente no evento. Ressaltou que considerava que todas as autoridades presentes, estando assentadas na mesa principal dos trabalhos ou não, possuíam a mesma importância. Relatou também que iniciou sua vida na Segurança Pública em 1987, como escrivão de polícia, e que conhece bem a situação de Maringá com relação à problemática. O Deputado afirmou que a cidade sempre foi discriminada na escolha para ser sede de Escolas de Polícia, para receber novos delegados etc. No entanto, disse que tem trabalhado para que isso mude, citando que, recentemente, passou pela Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa do Paraná um projeto de lei criando novas companhias, batalhões e cargos policiais, sem contemplar a região de Maringá. Por isso, ele e o Deputado Estadual Homero Marchese interromperam o andamento da proposição, solicitando vista do texto, até que o Município fosse incluído, segundo o senhor Jacovós. Assim, os deputados citados agendaram uma reunião no Palácio com o Governador e com o Comandante Geral da Polícia Militar, informando a estes que, se a região de Maringá não fosse contemplada, o projeto de lei manter-se-ia suspenso na Comissão de Justiça, conforme contou Jacovós. Em seguida, segundo o Deputado, o Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Rudson, determinou que o comando local fizesse um estudo, no prazo de trinta dias, acerca da possibilidade de criação de um batalhão metropolitano sediado em Sarandi, deixando o 4º Batalhão para o atendimento exclusivo de Maringá. Ele prosseguiu, dizendo que o Coronel se comprometeu com o estudo, na presença de seis deputados estaduais, durante a reunião. O senhor Delegado Jacovós lembrou que, ainda que haja esforço dos deputados e das Polícias Militar e Civil, há uma defasagem atual de sessenta por cento de efetivo no Paraná, fato que vem de governos anteriores. Sobre os concursos públicos, ele informou que a última nomeação ocorreu na gestão anterior. Em 2019, segundo ele, estavam aptos dois mil e quatrocentos Policiais Militares e seiscentos Policiais Cíveis, no entanto, a pandemia suspendeu o prazo dos concursos, sendo estes homologados somente em 2022, com posterior entrada dos profissionais nas escolas de polícia, a qual ainda tem duração de um ano. Concluiu esse relato, dizendo que os policiais já fazem "milagre" com apenas quarenta por cento do efetivo necessário. O Deputado comentou, ainda, que fora delegado operacional no ano de 2000, época em que havia problemas de segurança na Rua Joubert de Carvalho. A resolução aplicada por ele foi o fechamento de todos os hotéis nos quais ocorria prostituição, o que fez com que ele fosse perseguido por alguns grupos e processado judicialmente ao longo de cinco anos. Em sua opinião, se estes fatos ocorressem nos dias de hoje, ele estaria preso, já que atualmente o policial deve proteger a identidade do criminoso, seja ele estuprador ou assassino. No Congresso Nacional, segundo ele, aprovam-se mais leis em defesa de criminosos do que da sociedade, conforme disse também o público do plenário, dando o exemplo de o Supremo Tribunal Federal autorizar a liberdade de traficante condenado a vinte e cinco anos de prisão e de pessoas que roubaram o país por décadas. O Deputado relatou também que, na época em que atuou como delegado, extinguiu a atividade de "flanelinhas", utilizando-se do Artigo 50 da Lei de Contravenções Penais, que dispunha sobre "vadiagem", que consistia em se entregar à ociosidade estando apto ao trabalho. No entanto, os Congressistas aboliram este dispositivo, dificultando o trabalho da polícia, segundo o senhor Jacovós. Ele continuou, alegando que há muitas amarras para o profissional de segurança e muitos direitos para os criminosos, o que impede o trabalho policial adequado. Informou, ainda, que ele foi o Deputado Estadual que mais providenciou viaturas, quase cinquenta, no total, não por meio de emendas coletivas do Governo Estadual, mas sim de seu gabinete. Também informou ter reivindicado ao Governador a nomeação de cento e cinquenta delegados em vez de somente cinquenta, já que Maringá possui várias delegacias sem a presença de um delegado. Portanto, somente é possível que a

Polícia faça seu trabalho de forma plena se ela contar com condições de trabalho e efetivo suficiente, segundo o senhor Jacovós, que também disse esperar que Maringá seja contemplada com os policiais e delegados após formação na Escola de Polícia. Lembrou que este Município é o terceiro maior do Estado e que, se para manter o título de melhor cidade para se viver, deve cuidar da Segurança Pública. Com a palavra, Alex Sandro Hannickel, Promotor do Ministério Público, cumprimentou todos na pessoa da jovem Giovana Benatti, que trouxe os reclamos das pessoas da população. Ele disse que, desde que iniciou sua carreira no Ministério Público, não viu melhor forma de se encaminhar os problemas na área de segurança que não fosse o diálogo com todos os setores envolvidos. Portanto, era importante ter a comunidade neste evento trazendo suas reclamações para que as autoridades pudessem ouvir. O Promotor ressaltou que o público falou da necessidade de mais atenção para os bairros, como a Zona 7, Jardim Porto Seguro, Jardim Liberdade, Jardim Ipanema etc. Assim, segundo ele, é necessário que os representantes desses bairros reúnam-se com representantes do Estado para buscar soluções específicas para o incremento das atividades de Segurança Pública daquelas áreas. Quando se fala que a iluminação pública melhora o ambiente de convivência, cabe ao Poder Público observar quais bairros estão com iluminação deficitária; quando se fala que em determinado horário ocorrem mais crimes, é quando se torna necessário maior policiamento. O senhor Alex Sandro Hannickel ratificou, por parte do Ministério Público, a necessidade de que os representantes do povo diligenciem para a melhora do policiamento como um todo, em questão material e humana. Ele esclareceu que ele tem acompanhado as visitas do órgão nas delegacias e batalhões de polícia, nas quais observou, de fato, a deficiência de pessoal. Continuou, dizendo que vem aumentando muito o número de pessoas em situação de rua, problema que deve ser resolvido com o suporte o âmbito da Assistência Social, já que as autoridades de segurança estão aptas agir somente em caso de prática de crime. O Promotor disse também que seria importante encaminhar a presente ata para o Judiciário local, responsável pela análise de eventuais liberdades quando do cometimento de crimes, para direcionar a eles a mensagem de que nossa população está preocupada com criminosos cumprindo pena com tornozeleiras eletrônicas, com o risco de reincidirem no crime. Também é necessário destacar o caso dos dependentes químicos, que merecem análise sob o ponto de vista da saúde mental para melhor encaminhamento. Reiterou que o Ministério Público está de portas abertas, com central de atendimento ao cidadão em plena capacidade, seja por *internet* ou pessoalmente, ficando à disposição para colaborar com conclusões e encaminhamentos desta Comissão. Com a palavra, Dr. Adão Wagner Loureiro Rodrigues, Delegado da 9ª SDP, cumprimentou todos e esclareceu que a Polícia Civil somente não compareceu à citada reunião sobre a Zona 07, por falta de convite. Aproveitou, ainda, para deixar claras as atribuições que competem à Polícia Civil, explicando que esta investiga as infrações penais, indiciando, montando o processo investigatório e encaminhando-o ao Poder Judiciário e ao Ministério Público para que o indivíduo possa ser condenado. Ele explicou que, em Maringá, há defasagem muito grande de efetivo, em especial de delegados, fazendo com que o esforço da Polícia Civil aumente a cada dia. Para suprir essa escassez de mão-de-obra, houve melhorias na condição material dos policiais e remanejamento de funções, alocando somente seis policiais em funções administrativas e aumentando o efetivo da Delegacia Antitóxicos. O Delegado informou que, no ano passado, foram presos duzentos traficantes, sendo trinta por cento na Zona 07; bem como foram apreendidas cinco toneladas de drogas dentro da cidade, mesmo com o efetivo pequeno. O senhor Adão Rodrigues também relatou que há, em média, sessenta boletins de ocorrência, por dia, registrados em Maringá. Destes, vinte estão relacionados a furtos e roubos, ainda que haja somente quatorze policiais trabalhando na Delegacia de Furtos e Roubos. Dos criminosos autuados, segundo ele, oitenta por cento são reincidentes; ou seja, explicou que, a cada cem pessoas presas, oitenta são colocadas em liberdade. Portanto, o Delegado afirmou que a política criminal está atrapalhando trabalho das Polícias. Sobre o tema, relatou um caso de um

criminoso que já tinha cometido quatorze furtos e estava nas ruas; outro traficante preso nesta semana que era reincidente por tráfico e porte de arma; outro preso pela Polícia Militar com tornozeleira eletrônica reincidente também no tráfico etc. Ele comentou que o Município ainda conta com a vantagem de que noventa e cinco por cento dos policiais civis são naturais de Maringá, os quais ficam incomodados pessoalmente com os crimes, mas que, no entanto, há limitações externas. Agradeceu à população em nome dos senhores Marcelo e Augusto, que fizeram o uso da palavra, já que a Polícia Civil precisa da comunidade, estando aberta com telefones para denúncia, já que necessitam de informação para efetuar as prisões. Os síndicos de condomínios e presidentes de bairro, segundo ele, também podem ajudar no fornecimento de informações. O senhor Adão Rodrigues informou que a cidade ainda tem um bom índice de solução de crimes: noventa e dois por cento para homicídios. Sobre os índices de segurança, explicou que, até dez homicídios para cada cem mil habitantes é considerado um número excelente, e Maringá apresenta uma média de sete. No entanto, o senhor Delegado alertou para o crescimento dos crimes patrimoniais, causados também por dependentes químicos e moradores de rua. Com a palavra, Capitão Urbano, da Polícia Militar, cumprimentou todos, incluindo a comunidade de Maringá, que veio de forma corajosa, em sua opinião, tratar de assuntos de Segurança Pública neste evento. Ele esclareceu que a Polícia Militar está trabalhando muito, visto que o 4º Batalhão é responsável pela cidade de Maringá e por mais onze municípios que integram a região metropolitana, possuindo quatrocentos e trinta e nove policiais para atender toda essa região. O horário de aplicação do policiamento, conforme mencionado pelo senhor Luiz Carlos no Plenário, é um ponto ao qual a corporação se atenta fortemente, segundo ele. O Capitão esclareceu que, de acordo com a estatística criminal, existem horários e dias da semana nos quais há maior incidência de crime, exemplificando que, das sete horas da noite à uma hora da manhã há concentração de roubos e assaltos nas ruas. Assim, a Polícia Militar já aplica o policiamento com maior intensidade nesse horário. Ele informou que, desde o ano passado, ocorre a extrajornada remunerada para os policiais militares, que foi uma forma de o Governo do Estado fazer mais com o efetivo que já possui. Neste programa, são compradas as horas de folga de voluntários: a cada seis horas trabalhadas, eles recebem uma contrapartida remunerada, contribuindo para o reforço do policiamento em cerca de trinta policiais por dia. Capitão Urbano disse que o pátio do 4º Batalhão tem frota de viaturas como nunca se viu antes, novas, modernas, adequadas para o serviço policial, equipadas com camburão e rádio, potentes e duráveis, as quais tornaram-se possíveis por meio de emendas parlamentares, recursos federais e estaduais, facilitando a logística do trabalho. O profissional lembrou que a Polícia Militar, diuturnamente, está pronta para atender às demandas que a população leva a ela: seja nas ruas, por meio de um policial, ou no Batalhão. Pediu que a comunidade não tenha receio de expor suas angústias aos policiais militares de seu bairro, já que estes encontrarão uma maneira de ajudar. Ele informou que o Estado receberá, em breve, o ingresso de novos soldados na Polícia Militar, sendo quatrocentos e oito para o 3º Comando Regional, que atua de Mandaguari até Loanda. Explicou, ainda, que a formação dos soldados demora em torno de um ano, e que o início das aulas está previsto para o dia vinte e sete de julho deste ano. Em Maringá, formados na 2ª Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, serão cento e quarenta e oito novos soldados que darão incremento na segurança da região. O Capitão Urbano esclareceu que o trabalho da Polícia Militar é integrado com a Guarda Municipal, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Prefeitura Municipal desde o ano de 2000, com a AIFU (Ação Integrada de Fiscalização Urbana), que marcou a integração entre as forças de segurança e o Poder Público, para buscar melhorias na área. Frisou também que os profissionais de segurança fazem o máximo com os recursos humanos e de logística que possuem. Sobre a necessidade de registro das ocorrências, o policial militar disse que, ainda que tal registro não venha a ensinar a prisão do criminoso, os boletins de ocorrência compõem um banco de dados estatístico importante da Polícia Militar, que é estratégico no planejamento do policiamento. A

partir destas informações, é elaborado um mapa do crime, localizando-o geograficamente na cidade. Por fim, ele ressaltou que não se pode deixar de considerar o contexto da legislação penal brasileira, que é benéfica ao crime, causando a impressão nos criminosos de que o crime compensa por haver alto grau de impunidade. Com a palavra, Ivan Quartaroli, Secretário Municipal de Segurança Pública, cumprimentou todos e disse que faria breve explanação sobre o que a Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal de Segurança Pública vinham fazendo para a promoção de melhorias na área. Ele disse que a Guarda Civil de Maringá tem atuado de forma integrada com a Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal e Polícia Federal, em um âmbito muito estreito, já que, na Segurança Pública, é preciso somar forças. Com o início da nova gestão do Prefeito Municipal Ulisses Maia, juntamente com sua entrada na Secretaria, o senhor Secretário informou que a Guarda Municipal fora armada e treinada pelos grupos COPE e TIGRE. O senhor Ivan Quartaroli disse não concordar com alguns comentários que afirmavam que a Segurança Pública em Maringá estava um caos. Ele explicou que não é possível contratar profissionais sem observar a legislação de responsabilidade fiscal, pois, ainda que o Município esteja abaixo do limite prudencial, se este for ultrapassado, interrompe-se o recebimento de verbas federais. O Secretário também informou aos presentes que um novo sistema de monitoramento logo estaria em funcionamento, o qual já era de conhecimento de algumas das autoridades presentes e que funcionaria preventivamente e na fase investigatória, sem custo para o Estado do Paraná. Ele lembrou que, ainda que a Constituição Federal disponha que a Segurança Pública é responsabilidade estadual, esta é no sentido *lato sensu*, já que o zelo a este tema cabe às três esferas: União, Estados e Municípios. Relatou que o citado sistema contava com oitenta câmeras instaladas, cinquenta e seis as câmeras da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e outras adquiridas pela Secretaria Municipal de Educação. Ainda, seria utilizado um software analítico, que cruza dados estruturados, não estruturados e imagens, possibilitando o reconhecimento facial e de placas, fomentando grandemente a Segurança Pública de Maringá sem estourar o limite prudencial. Segundo o senhor Ivan Quartaroli, praças públicas e ATIs já contam com luzes LED, bem como várias avenidas onde circulam um grande número de pessoas: Carlos Borges, Pedro Taques, 19 de Dezembro, Tuiuti, Mandacaru, Alziro Zahur etc. Ele destacou que há estudos que mostram uma queda de sessenta por cento dos casos de crimes onde há iluminação adequada. Portanto, disse que Maringá vem fazendo sua parte, implementando sistemas de segurança, e que, em breve o projeto de lei sobre o tema seria encaminhado a esta Casa de Leis, contando com a aprovação dos vereadores. O senhor Secretário informou, ainda, que haverá aumento do efetivo da Guarda Municipal em duzentos homens, já que há processo de licitação em andamento para o concurso, que deve acontecer em agosto. O Município também vai contar com um sistema integrado de inteligência entre a Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Federal, do qual já têm conhecimento os vereadores Delegado Luiz Alves, e Paulo Biazon, visto que já estiveram reunidos com este Secretário, Prefeito Ulisses Maia, representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil, e Secretário de Segurança Pública do Estado para tratar do tema, que inclui sistema integrado de controle e despacho dentro da Guarda Municipal. Um exemplo de iniciativa deste projeto é trazer a parte das ligações de emergência do "190" da Polícia Militar para trabalhar junto ao sistema de monitoramento da Guarda Municipal, segundo o Secretário. Assim, haverá despacho imediato para casos específicos. Portanto, o senhor Ivan Quartaroli explicou que o trabalho vem sendo feito, ainda que a população não perceba desta forma, já que a percepção de insegurança se sobrepõe quando algum fato acontece em sua rua, próximo a si. Ele esclareceu que a ONU possui o critério de excelência de no máximo dez homicídios para cada cem mil habitantes, sendo que Maringá apresenta o número de sete. Portanto, o Município possui bons índices, ainda que precise melhorar. Continuando, o senhor Secretário pediu que comunidade entendesse que a sociedade tem grande poder atuante, já que pode votar. Assim, deve-se atentar para o fato de que a legislação atual possibilita a liberdade ao criminoso. Ele exemplificou, dizendo que havia um alto número de furtos de fiação, razão pela qual a Guarda

Municipal passou a patrulhar os principais pontos críticos. Na Zona 2, uma pessoa usando uma tornozeleira eletrônica foi presa em flagrante e não foi mantida privada de liberdade, tendo sido vista pela mesma equipe que o prendeu, dois dias depois. Portanto, segundo Ivan Quartaroli, é importante que a população vote nas eleições, de modo que a legislação penal não seja fonte de direitos somente a quem comete crimes, mas que também proteja a vítima. Outro caso de legislação defasada, segundo ele, é a que se refere à perturbação do sossego, datada do ano de 1941. Portanto, frisou que a sociedade deve cobrar os legisladores que têm atribuições pra alterar este tipo de lei, que são os deputados federais e senadores. A nível de município e estado, o Secretário afirmou que o serviço está sendo realizado com as ferramentas disponíveis. Finalizou sua fala, dizendo que a Secretaria Municipal de Segurança Pública estava à disposição dos interessados, exemplificando que atende pessoalmente os moradores que entram em contato com ele, como a senhora Márcia Campos, que estava presente no Plenário. Com a palavra, Luciano Brito, Coordenador Regional da Polícia Penal, cumprimentou e agradeceu a mesa, externando sua satisfação em retornar a esta Casa de Leis. Informou que a Polícia Penal contempla praticamente toda a região noroeste: quarenta comarcas, vinte e cinco cadeias, cinco penitenciárias e sete mil presos custodiados (sendo dois mil cento e vinte em Maringá). Ele explicou que as Polícias Civil e Militar fazem as prisões, cabendo à Polícia Penal colocar os indivíduos na condição de presos. Ao longo dos últimos anos, segundo o senhor Luciano Brito, o Departamento Penitenciário tem crescido e assumido várias atribuições inerentes à segurança interna e externa das cadeias e penitenciárias, contribuindo com o trabalho dos policiais. Ele relatou que, em 2017, quando a Polícia Civil ainda se encarregava de guarda e custódia dos presos, havia mil e oitocentos presos em nossa região. Pelo fato de este trabalho sobrecarregar a Polícia Civil, a Polícia Penal assumiu essas carceragens, desonerando mais de mil policiais civis, que puderam ir para as ruas fazer seu trabalho de investigação, que é a sua atribuição constitucional. Da mesma forma, nas penitenciárias, a Polícia Militar fazia a guarda externa, e agora a Polícia Penal vem assumindo isto também. O Coordenador Regional da Polícia Penal explicou que o preso tende a querer continuar com práticas delituosas mesmo após o encarceramento, e que a Polícia Penal impede que a cela seja um escritório do crime. Em 2017, quatrocentos presos fugiram; já no último ano, apenas seis, segundo ele. Ainda, o profissional afirmou que há um trabalho sendo realizado para que este índice seja zerado. Informou também que não há ocorrência de rebeliões. Sobre a vigilância dos indivíduos com tornozeleira eletrônica, disse que capacidade operacional para tanto é nula, mas que, com o apoio da Polícia Civil, a central de monitoramento da Polícia Penal foi disposta ao lado da 9ª SDP, o que reduziu de trezentas violações praticadas pelos "tornozelados" para sessenta e quatro. Ainda que os números tenham melhorado, o senhor Luciano Brito disse não estar satisfeito, visto que há cerca de mil indivíduos em liberdade com tornozeleira eletrônica, representando uma penitenciária com monitoramento eletrônico. Finalizou suas observações, dizendo que a Polícia Penal está de portas abertas para colaborar com a Secretaria Municipal de Segurança Pública no combate à criminalidade, já que aquela faz a custódia segura de pessoas que infringiram a lei e proporciona alternativas para que possam se reinserir na sociedade. Na Penitenciária Estadual de Maringá, por exemplo, há cinquenta por cento dos presos estudando (ainda que o objetivo seja sessenta e cinco após a nova adequação predial na estrutura); e cinquenta por cento, trabalhando. Essas oportunidades, no entanto, são para aqueles que desejam a ressocialização; já para os que preferem continuar com atividade delituosa, é aplicado o rigor dentro da legalidade, segundo o Coordenador. Ele informou que a Penitenciária Estadual de Maringá tem cinco fábricas, e que, em 2020, os presos produziram kits e materiais de EPI para a comunidade: somente para o Hospital Universitário, mais de trinta mil itens foram fornecidos, como máscaras e toucas. Em Maringá como um todo, foram mais de cento e vinte mil itens, a partir da doação pela comunidade de matéria-prima. Com a palavra, Coronel Rodrigues, Presidente do Conseg, informou que este foi o primeiro conselho de segurança do Brasil,

nascido em Maringá em razão de uma quadrilha que invadia casas. Após a invasão de uma loja maçônica no centro da cidade, segundo ele, houve reação do Poder Público e o Secretário Municipal de Segurança Pública da época solicitou que os criminosos fossem presos, o que ocorreu nas cidades de São Paulo, Santos e estado do Mato Grosso, com a morte de um deles. O Coronel relatou que uma das vítimas deste caso foi a melhor testemunha para a resolução do crime, tornando-se juíza posteriormente. Finalizou sua fala, dizendo que o Conseg luta pela segurança maringaense, e que a falta de efetivo policial dificulta o trabalho de todos. Agradeceu, por fim, a todos pela colaboração dada ao Conselho. Com a palavra, Coronel Audilene, ex-comandante-geral da Polícia Militar do Paraná, cumprimentou a todos e disse saber que a população está ansiosa, aguardando respostas. Informou, no entanto, que as forças de segurança estão trabalhando muito e que Maringá consegue bons resultados com o efetivo e recursos disponíveis, o que não ocorre em outros municípios. Ela disse que, quando as tornozeleiras eletrônicas começaram a ser aplicadas, estava em Curitiba e alertou o Secretário de Segurança da época que isso traria muitos prejuízos para a população, beneficiando o marginal e prejudicando a população, já que a tornozeleira não impede o cometimento de novos crimes. Assim, a Coronel destacou que a legislação federal precisa de alterações, e que isto será alcançado com o esforço da população. Já com relação aos usuários de drogas, é necessário repensar o uso da tornozeleira eletrônica e focar na reincidência dos crimes e na busca de empregos, segundo ela. A ex-comandante-geral da Polícia Militar informou que a justificativa para o monitoramento eletrônico pelo governo, à época, era a falta de espaço nas detenções, o que não pode ser causa de punição para a sociedade. No entanto, Coronel Audilene relatou que, em trinta e cinco anos de trabalho na corporação, sempre presenciou a penalização da comunidade. Ressaltou que a legislação beneficia o direito de ir e vir de quem coloca os outros em risco, em detrimento da vítima. Portanto, frisou que a população deve manifestar seu descontentamento com relação à legislação federal, com integração de dados das forças de segurança. Segundo ela, Maringá ainda está num patamar aceitável de segurança pública, apesar dos sofrimentos relatados na presente ocasião pelo público. A Coronel lembrou que as forças de segurança são subordinadas ao Governo do Estado, devendo haver cobrança dos senadores e deputados federais por parte dos cidadãos para que a situação mude, diminuindo o engessamento que as polícias enfrentam. Com a palavra, o vereador Delegado Luiz Alves mostrou aos presentes o relatório da viagem que a Comissão Extraordinária de Segurança Pública realizou até Curitiba, na qual os membros se reuniram com o Secretário Estadual de Segurança Pública para expor uma série de problemas relacionados a moradores de rua, Centro Pop, tráfico de drogas nas praças, "cracolândia" na Fernão Dias, políticas públicas sobre drogas, depreciação do patrimônio público, omissão do poder público, falta de estrutura, prostituição, falta de efetividade legislativa, defesa do marginal, revolta popular com ativismo policial etc. O vereador disse que entendia um pouco sobre o tema Segurança Pública, na condição de Delegado de Polícia. No entanto, frisou que estava nesta Audiência para fazer um trabalho político, para evitar que a Polícia tenha que trabalhar, já que a necessidade das ações policiais representam um termômetro social. Explicou que, quando a Polícia não é capaz de realizar com plenitude seu trabalho, significa que há muitos criminosos. O senhor Delegado Luiz Alves relatou que todos os criminosos se originam da sociedade, e que, portanto, o que gera a insegurança pública é a deficiência das políticas públicas. Ele também lembrou que, apesar de muitos dizerem que os vereadores não fazem nada, a população deve entender que este tipo de legislador não pode alterar o Código Penal, o Código de Processo Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as diretrizes da Educação etc. Entretanto, os vereadores tentam, de alguma forma, colaborar com a melhoria da Segurança Pública, segundo Luiz Alves. Ele disse que estava nesta Casa de Leis para reduzir à metade os sessenta boletins de ocorrências diários. Já sobre a sociedade e a violência, o vereador comentou que os problemas começam nos colégios, que estão em estado de desordem. Ele contou que esteve no Colégio Instituto na semana passada e que foi afrontado por adolescentes, sendo que seu filho de dezesseis anos

nunca havia feito um ato de indisciplina sequer. Portanto, o vereador lembrou que os pais devem ser os responsáveis por educar as crianças, caso contrário, é a sociedade quem vai ter de lidar com as consequências tardias desta deficiência. Ele concordou com os demais participantes, dizendo que o maior problema quanto ao tema da Segurança Pública é a falta de efetivo policial, visto que, sem recursos humanos, não é possível que se realizem boletins de ocorrência, investigações, operações, inquéritos etc., tornando o trabalho dos poucos profissionais sobre-humano. Continuou, assentindo também que todas as reivindicações da comunidade são legítimas, já que todos têm família e estão sujeitos às intempéries dos criminosos. Portanto, segundo o vereador, a legislação federal deve ser alterada, caso contrário, fica a cargo da Polícia Penal a tarefa de reeducar o detento, tarefa difícil por conta dos inúmeros entraves. Ele contou que prendera um indivíduo por tráfico de drogas na Vila Olímpica, e que, quinze dias depois, a mesma pessoa foi conduzida pela Guarda Municipal com tornozeleira eletrônica, durante seu plantão de trabalho, por traficar drogas no mesmo local onde foi preso inicialmente. Por isso, ele destacou que é importante que haja eficiência nas políticas públicas sobre drogas, já que são médicos que curam dependentes químicos, e não policiais. No entanto, Delegado Luiz Alves informou que não há psiquiatra para atender no Centro de Apoio Psicossocial, e que o Município está sendo pressionado para que haja esta contratação, visto que oitenta por cento das pessoas presas são dependentes químicos. Ele concluiu sua fala, dizendo que a essência desta Audiência era esclarecer a realidade no que tange à sociedade, estrutura, legislação, criminosos e tudo o que engloba a desordem social e falta de disciplina. Segundo o vereador, os problemas se iniciam na fase escolar, e não há como reeducar um criminoso já adulto sem uma boa estrutura, dada a dificuldade da Polícia em trabalhar, em localizar usuários da tornozeleira sem um sistema automático e o engessamento do processo legislativo. Com a palavra, o vereador Cristian Maia Maninho parabenizou o Deputado Estadual Jacovós por ser o parlamentar que mais traz recursos para Maringá e Região. A partir da fala das autoridades, o membro da Comissão pôde perceber que a falta de efetivo policial é um dos grandes problemas da Segurança Pública. Comentou, também, que fez um pedido ao Secretário Municipal Ivan Quartaroli sobre a problemática nos Jardins Liberdade e América, o qual foi satisfatoriamente atendido com o envio de Guarda Municipal para o local. Sobre o comentário de um cidadão sobre a permanência demasiada de viaturas policiais em postos de gasolina, o vereador lembrou que estes pontos geográficos são estratégicos, pois costumam se posicionar nas entradas dos bairros. Com a palavra, o vereador Flávio Mantovani comentou que a possibilidade de parceria público-privada citada por um dos cidadãos pode ser realidade, há que fora aprovado um projeto de lei do Poder Executivo acerca de instalação de lâmpadas LED na reunião da Comissão de Constituição e Justiça daquela semana. Ele destacou que o foco da presente reunião era avisar a comunidade que esta Casa de Leis estava de portas abertas para a comunidade todos os dias, visto que não há nada que os vereadores gostem mais do que receber visitas da população com sugestões. O vereador lembrou que, em 2017, houve Audiência Pública acerca da situação dos moradores de rua, na qual compareceram pessoas ligadas à Igreja Católica, Secretaria Municipal de Segurança Pública etc., e esse problema continua. Uma das causas é a esmola, segundo ele, e, portanto, sugeriu que os que têm interesse em ajudar, o faça diretamente a instituição. Outro exemplo de Audiência Pública realizada foi acerca da poluição sonora, da qual resultou um texto para um projeto de lei, redigido com as sugestões dos interessados, tendo sido protocolado em março e que, atualmente, tramita na Casa. O vereador lembrou de outras ações desta Câmara com o intuito de evitar a violência, como a inibição de determinadas aglomerações com leis que proíbem o consumo de bebida alcoólica das 22 horas às 8 horas. No entanto, Flávio Mantovani explicou que, com pouco efetivo policial, é difícil aplicar a legislação e dispersar quinhentas pessoas aglomeradas e embriagadas. Ele também relatou que, em 2016, juntamente com o Conseg, foi à Curitiba, visto que o senhor Coronel Rodrigues soube que seria construído uma grande cadeia na Avenida Mandacarú. Dessa forma, foi feito movimento contrário a este

plano e a construção não se concretizou. Na mesma época, segundo o vereador, Maringá precisava de viaturas, e mais uma vez Coronel Rodrigues enviou vereadores a Curitiba, e estes descobriram que havia viaturas disponíveis há semanas, mas que ainda não haviam sido entregues pois aguardavam um ato político com simultânea captação de imagens de um determinado deputado. Flávio Mantovani disse que este fato foi informado à imprensa e, no mesmo dia, as viaturas foram entregues. Concluiu, dizendo que Maringá precisa ser mais bem atendida pelo Governo do Estado, ressaltando o trabalho da Coronel Audilene e do Delegado Jacovós, que fizeram e fazem um excelente trabalho, em sua opinião. No período do relato, um levantamento demonstrou que Maringá recolhia setecentos e oitenta e oito milhões de reais por ano em tributos estaduais, o que seria suficiente para adquirir onze viaturas por dia. Terminou sua fala, solicitando que a comunidade comparecesse à Câmara Municipal. Com a palavra, o vereador Paulo Biazon parabenizou o Conseg, bem como destacou que, com o trabalho da senhora Coronel Audilene, as viaturas começaram a chegar para os policiais da região. Informou a todos que, em sua visita a Curitiba, houve quatro reuniões, nas quais o tema principal foi o efetivo policial. Assim, o Prefeito Municipal bem como a Comissão foram informados de que em breve estariam em serviço duzentos e noventa novos policiais nomeados pelo concurso mais recente. Ele explicou que estão previstos, no total, dois mil policiais para trezentos e noventa e nove municípios, o que significa cinco pra cada um deles. Somente a região de Maringá compõe cento e quinze municípios, significando dois para cada um deles. Ainda, o vereador relatou que noventa destes municípios têm efetivo policial compartilhado, o que significa uma viatura com dois policiais para cada dois, três ou quatro municípios. Por isso, Paulo Biazon comentou estar preocupado e cobrando os responsáveis pela área da Segurança Pública, que está um caos por causa da falta de efetivo policial. Continuou, dizendo que sabia que muitas das autoridades presentes na ocasião não poderiam falar a verdade sob pena de transferência para município, distanciando-se da família e sofrendo os transtornos consequentes disto. Ele comentou que, atualmente, como vereador, pode expor sua opinião sem tal receio. Lembrou que os policiais já se esforçam trabalhando em escalas extrajornadas e vendendo suas folgas e que, portanto, o efetivo deve ser respeitado, pois trabalham durante o dia, tarde e noite. Além dos policiais, o vereador lembrou que os agentes da Polícia Penal e da Guarda Municipal devem ser valorizados, visto que se doam para a cidade e muitas vezes não são reconhecidos. Terminou se desculpando por não poder fazer mais e disponibilizando seu contato telefônico, destacando que todos os vereadores estavam de portas abertas para receber as demandas da população. Paulo Biazon contou, ainda, que, por conta de sua profissão de policial da reserva, tem porte de arma, e na presente data, ausentou-se mais cedo da Sessão Ordinária para verificar a situação de sua residência, onde um homem foi visto tentado adentrar. Concluiu, dizendo que a origem do problema da Segurança Pública está nas instâncias superiores e lembrou que as eleições estão chegando, solicitando que a comunidade observasse os candidatos que podem mudar a realidade do país. Finalizando as falas, Sidnei Telles cumprimentou de forma especial o senhor Alex Sandro Hannickel, Promotor do Ministério Público, visto serem raras as oportunidades em que esta instituição vem ao encontro da comunidade para ouvi-la. Destacou, no entanto, que todas as autoridades merecem agradecimentos por terem saído de casa para estar com o povo. Também agradeceu àqueles do público que, com muita ousadia e coragem, compareceram para expor suas demandas. O vereador disse que, ainda que entenda que o Município venha fazendo muito e apresentando dados e índices satisfatórios no âmbito da Segurança Pública, espera que isso realmente se verifique no cotidiano das pessoas, e que não se transfira a responsabilidade sobre o tema para os governos estadual e federal. Concluiu que esta Audiência permitiu que se ouvissem os interessados, fomentando futuras avaliações para melhorias, como a articulação dos órgãos relacionados à Segurança Pública. Em seguida, agradeceu a todos os presentes e aos que acompanhavam a a ocasião de maneira remota. Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a Audiência Pública às 21h50min, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e



aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, a lista de inscrição para uso da palavra, bem como a lista de presença. O conteúdo na íntegra da **AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA** foi registrado em meio audiovisual e todo conteúdo encontra-se disponível para acesso no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, no link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>.

DELEGADO LUIZ ALVES

Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança Pública

PAULO BIAZON

Vice-Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança Pública

CRISTIAN MAIA MANINHO

Membro da Comissão Extraordinária de Segurança Pública

FLÁVIO MANTOVANI

Vereador

SIDNEI TELLES

Vereador

2. PRÓXIMOS ENCAMINHAMENTOS

De tudo que aqui foi exposto e vivenciado por estes membros concluiu-se que o ponto crucial para melhoria da segurança pública é o aumento do efetivo, ou seja, há a necessidade urgente de se aumentar o número de agentes de segurança em todos os setores da Segurança que atuam no município, tanto de âmbito municipal quanto estadual.

Ainda, e não menos importante é a questão de políticas públicas para prevenção ao uso e tráfico de drogas e também relativas ao tratamento do dependente químico, envolvendo aí questões relacionadas à saúde pública Municipal.

Por último, e talvez a mais importante de todas é a questão da educação, precisamos orientar nossas crianças para que a partir delas as mudanças possam ocorrer e, de forma gradativa mudar esse quadro. A informação, a educação, a inserção da criança e do adolescente em atividades como o esporte mudam vidas, para isso são necessárias também novas políticas públicas para ingressar jovens e crianças, em especial as que estão em situações de maior vulnerabilidade, ou ainda, realizar contra-turnos escolares obrigatórios, de modo a evitar que permaneçam nas ruas ou sejam influenciados por pessoas de má índole. Não se pode fechar os olhos e deixar que a violência e criminalidade tome conta de nossa cidade, que é reconhecida como a melhor cidade para se viver no país, as medidas acima citadas precisam ser tomadas urgentemente.

Assim, do que fora analisado por esta comissão, assim como as possíveis soluções serão repassadas ao Poder Executivo para providências pertinentes, e no que couber, serão realizados atos também por esta casa de Leis.

ANEXO I – Relatório de Viagem Oficial



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

RELATÓRIO

RELATÓRIO DE VIAGEM DA COMISSÃO DE SEGURANÇA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Os vereadores ora subscritos estiveram em viagem à Curitiba (PR) nos dias 29/05/2022 a 01/06/2022, representando a Comissão de Segurança da Câmara Municipal de Maringá, juntamente com o prefeito Ulisses Maia e o Secretário de Segurança do Município Ivan Quartaroli, onde foram tratados assuntos relacionados à Segurança de nosso Município junto às frentes de segurança pública do Estado.

Cabe esclarecer que a viagem estava programada entre os dias 29 e 31 de maio. Porém, devido a condições meteorológicas que prejudicaram o voo da volta, sendo necessária a remarcação do retorno para o dia seguinte (01/06/2022).

Foram realizadas as seguintes reuniões:

30/05/2022: 11h - Reunião com o Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná.

Reunião com o Dr. Silvio Rockenbach, Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, com assuntos voltados ao aumento do efetivo da Polícia Civil em Maringá, bem como sobre a necessidade de dotar as viaturas e sedes das unidades policiais, visando a integração das forças de segurança para a melhoria de eficiência na prestação dos serviços.

O Delegado Geral destacou que até o fim do ano pretende lotar novos Delegados, Investigadores e Papiloscopistas para Maringá e região, assim que finalizado o concurso em andamento.

Com relação à integração das forças de segurança, demonstrou entusiasmo e se colocou a disposição para viabilizar o que for necessário por parte da Polícia Civil.

30/05/2022- 17h - reunião com Comandante da Polícia Militar do Paraná.

Junto com o Prefeito Ulisses Maia, o Vereador Biazon e o Secretário Ivan discorreram sobre o Centro Integrado e Operação de Segurança a ser instalado em Maringá, bem como da ideia de instalar um Polo no Distrito de Iguatemi.

O Comandante Hudson Leôncio Teixeira apoiou a ideia, inclusive, determinando que o Comandante do 4a BPM iniciasse os estudos necessários para que a Polícia Militar faça parte do projeto.

No tocante à escassez de efetivo, o Comandante disse que em breve uma nova turma com 2000 alunos iniciará o curso de formação de soldados e, desses, aproximadamente 290 soldados serão enviados para servir na região de Maringá.

31/05/2022 - 09h reunião com Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa do Paraná.

Às 9h do dia 31, os vereadores foram recebidos pelos Deputado Delegado Jacovós, Soldado Fruet e Soldado Adriano José em reunião para tratar de assuntos voltados à prevenção e repressão dos crimes de furto e receptação de materiais elétricos e ferrosos que vem causando grandes inconvenientes e prejuízos patrimoniais para a sociedade e órgãos públicos. Sugeriram uma alteração na lei estadual n. 20.936/2021, com vistas a permitir que a Polícia Civil passe a exigir dos estabelecimentos comerciais denominados ferros velhos alvará para funcionamento, o que permitirá uma melhor fiscalização em âmbito administrativo atrelada a atividade de investigação criminal com o fito de desestimular as práticas ilícitas.

31/05/2022 - 11h reunião com Secretário de Segurança do Estado Paraná.

Finalizando a agenda de compromissos em Curitiba, os vereadores participaram de reunião com o Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado, Wagner Mesquita, juntamente com o Prefeito Ulisses Maia, Secretário Ivan Quartaroli e os Deputados Estaduais Delegado Jacovós e Soldado Adriano José.

A pauta diz respeito à formação de convênio entre o município de Maringá e o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), com o propósito de permitir um acordo de cooperação voltado à criação e instalação de um Centro Integrado de Operações de Segurança Pública em Maringá, cujo aparelhamento possibilitará a prestação de um serviço de segurança pública mais eficiente e ágil para o cidadão.

A proposta, feita pelo Prefeito Ulisses Maia, com o apoio do Poder Legislativo local, no ato representado pela Comissão de Extraordinária de Segurança, foi muito bem recebida pelo Secretário Mesquita, que se colocou à disposição e garantiu empreender todos os esforços para que este projeto seja implementado no menor tempo possível.

A Comissão Extraordinária de Segurança acredita que os incentivos e cobranças do Poder Legislativo de Maringá, enviando representantes para demonstrar a necessidade de melhorar a prestação dos serviços colocados à disposição do povo, sobretudo no campo da segurança, é prioridade e trará, indiscutivelmente, benefícios para toda Maringá e população circunvizinha.

Por fim, em visita ao Secretário de Segurança, este ressaltou a importância desta Comissão, com a participação de Vereadores que são técnicos (um delegado de polícia e outro soldado), o que possibilita ter uma visão mais ampla das necessidades reais do município dentro do campo da segurança pública.



Data e horário da saída: 29/05/2022, às 19h35min

Data e horário do retorno: 01/06/2022, às 08h30min

É o relatório.

Delegado Luiz Claudio da Silva Alves

Vereador - Presidente da Comissão de Segurança da Câmara Municipal de Maringá

Paulo Henrique Biazon Santos

Vereador-membro da Comissão de Segurança da Câmara Municipal de Maringá

3. FICHA TÉCNICA DA COMISSÃO DE ESTUDOS

Vereadores integrantes da CE – Portaria nº 83/2022

DELEGADO LUIZ ALVES | Presidente

PAULO BIAZON | Relator

CRISTIAN MARCOS MAIA MANINHO | Membro

Apoio técnico da Câmara Municipal de Maringá

Seção de Comissões Permanentes e Temporárias

Amanda Louzano Moreira Shinnæ

Douglas Kenzo Yshiba

Tiago Valenciano Previatto Amaral

Divisão de Assistência Legislativa

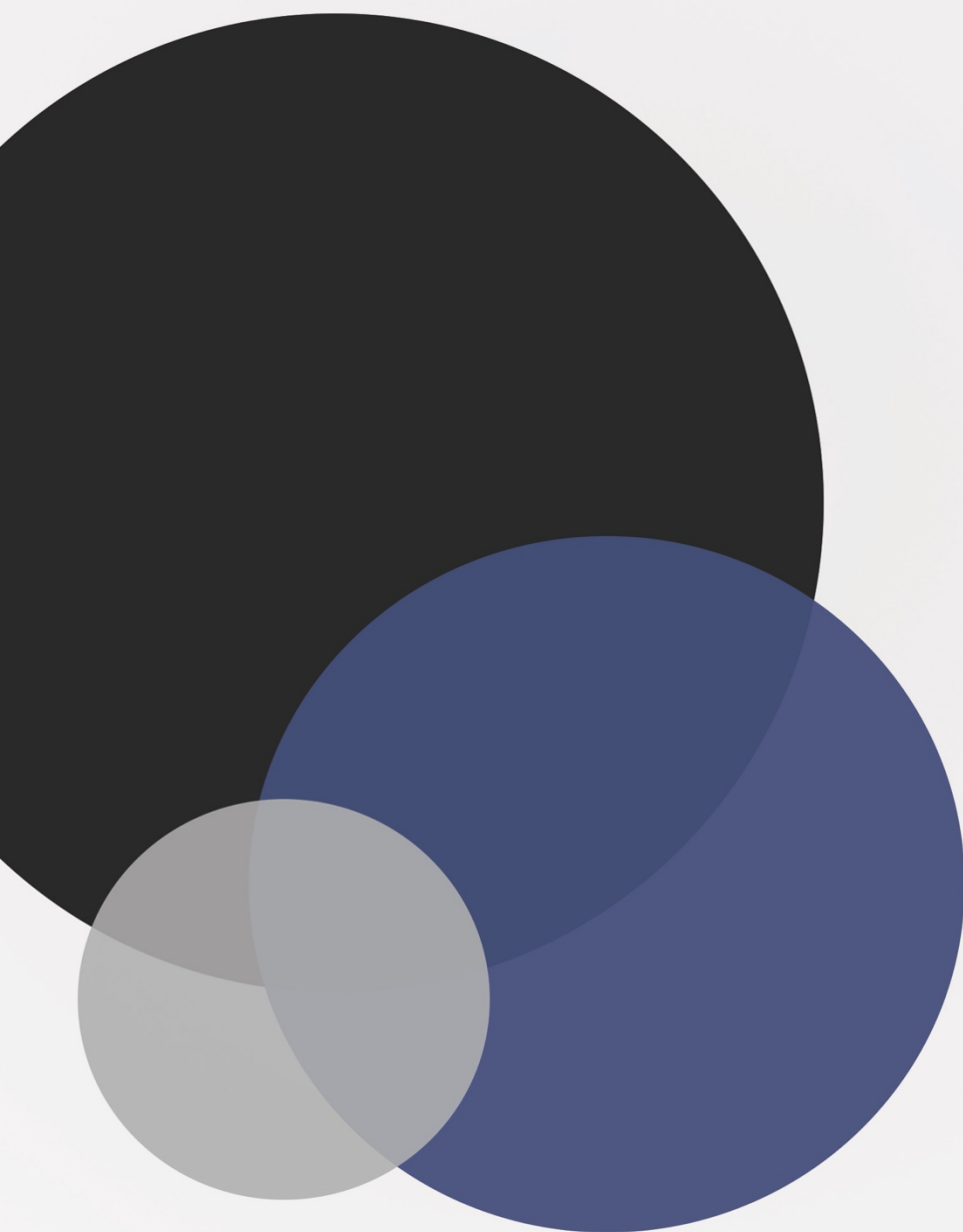
Luiz Ricieri Longhini Fernandes – Coordenador

Fonte de Informações básicas

Câmara Municipal de Maringá – Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
e Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL)

Apoio de Gabinete

Vanessa Fernanda Imai Micionero – Delegado Luiz Alves



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA



www.cmm.pr.gov.br